

A Evolução tecnológica no combate à evasão fiscal

“A evasão fiscal é um fenómeno social, com nível de complexidade elevado, presente na maioria dos países. Este tipo de práticas fraudulentas tem consequências negativas no desenvolvimento económico das nações. O combate à evasão fiscal revela-se uma obrigação do Estado, por uma questão de justiça social.” – Esta é um excerto de uma publicação, na qual a Ordem dos Contabilistas Certificados interpretam a evasão fiscal, ação que visa beneficiar quem a pratica, ludibriando o estado, e acabando com a justiça prevista no sistema de contribuições previstas para os cidadãos e empresas, nas diversas actividades que ocorram dentro de cada país.

Apesar deste ser um problema que muitas vezes surge em virtude de dificuldades económicas sentidas pelos agentes passivos e que devem fazer a liquidação de impostos posteriormente, acaba por se tornar uma questão sociocultural quando o próprio adquirente dos bens e serviços pretende evitar a liquidação de impostos que se encontram diretamente relacionados com a transação.

Esta prática, apesar de não ser nova, acaba por se tornar um flagelo presente na sociedade contemporânea, obrigando um combate incansável por parte das nações.

Contudo, Portugal não têm mostrado novos mecanismos que acabam por combater esta comportamento, não capitalizando para tal as ferramentas tecnológicas que noutros países já são utilizadas de forma corriqueira, levando em diversas atividades a empresários que abdicaram da utilização de pagamentos através de dinheiro físico, utilizando apenas pagamentos que acabam sempre registados através da utilização de bancos.

Esta problemática ganha uma nova escala, quando é cruzada com o crescimento de turismo que têm surgido na nação lusa e que faz com que os visitantes tenham necessidade de ter soluções para a aquisição de bens e produtos, tal como ocorre nos seus países de origem e que têm permitido aplicações como o *MB Way* e *Lydia* crescerem nos mercados que atuam, apresentando já quotas de mercado consideráveis e mostrando um enorme nível de confiabilidade por parte dos consumidores.

Neste processo, não urge apenas cobater a evasão fiscal, mas também valorizar o turismo, não colocando entraves aqueles que pretendem desfrutar de todos os momentos e não colocar dificuldades que façam com que o consumidor não recomende o destino que visitou.

Uma evolução que permita não só aqueles que visitem Portugal, mas a todos os que pretendam efetuar transações comerciais em espaço nacional, outras opções para efetuar pagamentos sem ser em dinheiro físico levará a que todos aqueles que pretendam de forma voluntária apenas utilizar aplicações ou mesmo multibanco para as suas transações tenham outras facilidades que até então não foram previstas.

No mesmo sentido, caminharemos para uma redução da evasão fiscal, que obrigará um maior número de comerciantes a declararem tudo o que recebem. Com um aumento da receita que o estado preveja encaixar com base na cobrança de impostos, poderemos ainda a longo prazo ver revistas as taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado, após um aumento da receita cobrada pelo estado e que em diversas áreas de negócio é sentida como um entrave ao crescimento da atividade.

Importa assim, que a JSD, como agente de representação de jovens que pretendem um futuro promissor para o seu país, defenda a existência de mecanismos de combate à evasão fiscal que explorem os mecanismos tecnológicos já existentes e que permitam ao consumidor ter acesso a mecanismos de pagamentos contemporâneos.